



vitrus
AMBIENTAL SA - CUMARAS

RELATÓRIO E CONTAS
2019

ÍNDICE

Handwritten signature:
L
Lm/Am/Am
Parefe/ef/ef/ef

A EMPRESA	3
MISSÃO, VISÃO E VALORES	3
AÇÃO ESTRATÉGICA E POLÍTICAS	4
ORGANOGRAMA	4
ORGÃOS SOCIAIS	5
ÁREAS DE SERVIÇO E EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE	6
SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	19
PERSPETIVAS FUTURAS	24
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	26
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
ANEXOS	

// A EMPRESA

A **VITRUS AMBIENTE, EM, SA** enquadra-se no regime jurídico do setor empresarial local e das participações locais [Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto]. Rege-se, também, pelos seus Estatutos e, subsidiariamente, pelo regime do setor empresarial do Estado, pelo Estatuto do Gestor Público e pelas normas aplicáveis às sociedades comerciais.

Constituída por escritura pública em 8 de setembro de 2010 e com início da sua atividade no dia 1 de outubro do mesmo ano, a **VITRUS** assume, por delegação de competências do município, a gestão de serviços de interesse geral nas seguintes áreas: 1) Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública, nomeadamente na recolha e transporte a destino final de Resíduos Urbanos e Limpeza de Instalações e de Espaços Públicos; 2) Promoção, Gestão e Fiscalização do Estacionamento Público Urbano, em particular nos parques públicos e zonas de estacionamento de duração limitada [ZEDL].

Atua no âmbito geográfico do concelho de Guimarães, cuja cobertura territorial tem vindo a registar um crescimento significativo e sustentável, desde a sua criação e início de atividade.

// MISSÃO, VISÃO E VALORES

A **VITRUS** tem como missão a recolha e transporte dos resíduos urbanos contentorizados, a limpeza e higiene dos edifícios públicos onde estão instalados serviços municipais e a gestão do estacionamento urbano, estabelecendo o serviço público de qualidade como referência e tomando como base orientadora os princípios básicos da gestão: elevada eficácia e eficiência.

Pretendemos ser uma organização de referência local e nacional nas áreas onde atuamos e ambicionamos ser reconhecidos pela nossa capacidade de adaptação às constantes mudanças.

A **VITRUS** assenta toda a sua ação nos seguintes valores:

VERACIDADE – as ações e decisões serem sempre exatas e verdadeiras;

INOVAÇÃO – com a intenção de criar valor onde atua e naquilo que faz;

TRANSPARÊNCIA – ligação clara e inequívoca na relação com os stakeholders;

RESPONSABILIDADE – assumir as funções e as implicações das respetivas ações;

UTILIDADE - sentir que as funções que desempenha são importantes e imprescindíveis;

SUSTENTABILIDADE – priorizar as necessidades em função dos recursos disponíveis;

*Limpeza
Parques e jardins*

*Am
Santana
Paciência*

// AÇÃO ESTRATÉGICA E POLÍTICAS

Assente nos valores, em todas as ações que concretiza, a **VITRUS** pauta sempre o seu trabalho com um grande sentido de responsabilidade, exigência e rigor, tornando assim o seu crescimento sustentado e alicerçado em premissas sólidas e perenes.

Ao longo dos cerca de nove anos ao dispor da comunidade, a **VITRUS** tem-se pautado por prestar um serviço útil e de qualidade, sempre com o propósito de continuar a obter níveis elevados de eficácia e eficiência com o foco no crescimento contínuo e sustentável. O constante avanço e otimização dos equipamentos, serviços e recursos são dos principais meios usados para atingir a satisfação cada vez maior e de forma mais distinta da comunidade que servimos, em primeiro lugar, mas também do município, dos fornecedores e dos nossos colaboradores.

Sem nunca perder o foco nos nossos valores, a **VITRUS** destaca cada vez mais o papel relevante da economia circular em detrimento da economia linear. A proteção do ambiente e a qualidade de vida dos nossos munícipes são primordiais no exercício das nossas funções, daí que a nossa aposta em diversos projetos e iniciativas de responsabilidade social são incentivadas e ocupam um espaço considerável no dia-a-dia da empresa.

// ORGANOGRAMA



// ORGÃOS SOCIAIS

*for
diminui
planifactor*

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente da Mesa

Município de Guimarães, representado pelo Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Guimarães

Vitor Oliveira

Secretária

Mónica Félix

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Sérgio Alberto Castro da Rocha

Administrador Executivo

Daniel José Silva Pinto

Administradora Não Executiva

Maria José Teixeira Martins

FISCAL ÚNICO

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda.

Capital Social e Prestações Suplementares

Capital Social de 255.343,00 Euros em 255.343 ações de valor nominal de 1,00 Euro.

Acionista

Município de Guimarães: 255.343 ações

// ÁREAS DE SERVIÇO E EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE

Limpeza
Pública

No ano de 2019 a **VITRUS** manteve a sua atuação de acordo com o estabelecido no regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, direcionada para dois grandes serviços de interesse geral:

- I) **HIGIENE URBANA** – Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública;
- II) **ESTACIONAMENTO PÚBLICO** – Promoção, Gestão e Fiscalização do Estacionamento Público.

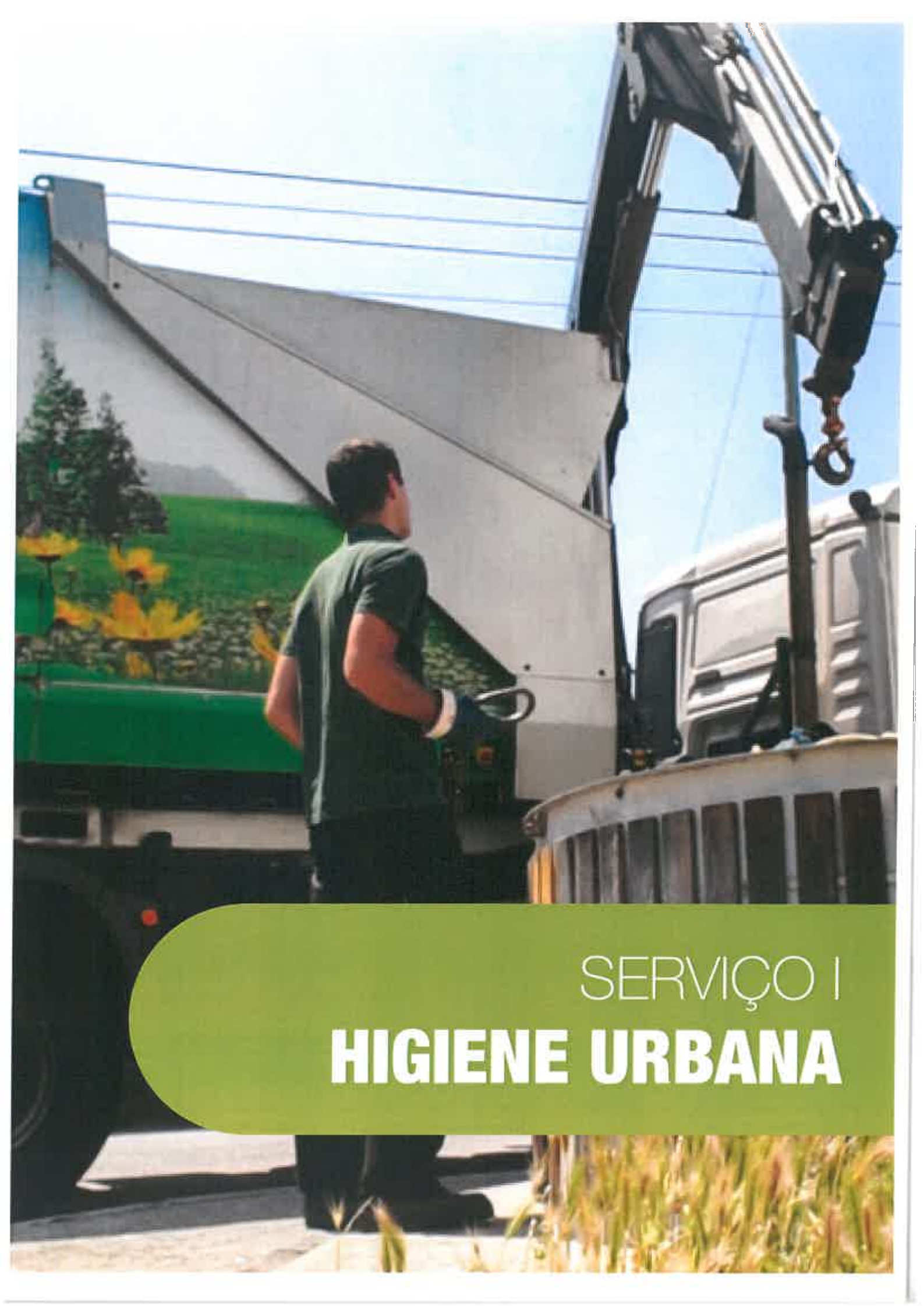
O **primeiro serviço** desagrega-se em:

- I) Recolha e transporte de resíduos indiferenciados;
- II) Recolha e transporte de resíduos volumosos [monstros];
- III) Gestão e operacionalização do sistema PAYT no Centro Histórico;
- IV) Limpeza de Vias e Espaços Públicos;
- V) CARE

O **segundo serviço** desagrega-se em:

- I) Parques Públicos;
- II) Zonas de Estacionamento de Duração Limitada.

Uma outra atividade onde a empresa atua [**terceiro serviço**] é a Limpeza de Edifícios Públicos, todos eles com a responsabilidade e gestão direta da Câmara Municipal de Guimarães. Este serviço está contratualizado através de contrato de prestação de serviços, comumente designado "*in house*".



SERVIÇO I

HIGIENE URBANA

*M
higiene
parafosofada*

SERVIÇO I – HIGIENE URBANA

GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS E LIMPEZA PÚBLICA

Por fazer parte da génese da empresa, este serviço é o mais importante, visível e aquele que constitui a parte mais representativa da sua estrutura. É de grande importância garantir que a **VITRUS** assegure as melhores condições de higiene urbana e pública aos munícipes e garantir que o serviço é prestado de forma competente e célere.

// RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS URBANOS INDIFERENCIADOS

As condições máximas de salubridade pública do município são o objetivo principal da **VITRUS**.

Em 2019 fizemos algum investimento neste setor, por forma a melhor servir a comunidade onde atuamos, como também os nossos colaboradores. As obras de melhoramento e requalificação no nosso estaleiro também promovem um maior bem-estar das equipas e uma mais-valia no apoio aos serviços e às tarefas desempenhadas.

Recolhemos mais de 2 746 toneladas de resíduos urbanos relativamente ao ano anterior e alargamos o nosso espaço geográfico de atuação. Neste momento somos responsáveis pela gestão de 4445 contentores de resíduos indiferenciados distribuídos por todo o concelho. Continuamos a proceder à manutenção e higienização de todos os equipamentos já instalados e promover uma melhor imagem dos contentores de resíduos, da zona envolvente e da empresa, bem como promover uma utilização responsável e correta dos mesmos.

No ano de 2019, a **VITRUS** recolheu um total de 32 421 toneladas de resíduos indiferenciados, o que corresponde a 53% dos resíduos urbanos [RU] recolhidos em todo o município.

Para otimizar os nossos serviços, não apenas na execução das tarefas no terreno, mas também na recolha e análise da informação, queremos continuar a dotar as viaturas de recolha e transporte com soluções tecnológicas que nos permitam atingir esses objetivos e, assim, tornar o nosso serviço cada vez mais eficiente e rigoroso.

// RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS VOLUMOSOS [MONSTROS]

“Monstros” é o nome mais comum usado para designar resíduos volumosos. Estes são todos os resíduos que, devido às suas dimensões ou volume, não podem ser depositados em ecopontos ou contentores e também não podem ser transportados por um camião de recolha comum. A **VITRUS** está responsável pelo transporte deste tipo de resíduos em algumas freguesias do concelho, desde o ponto de recolha até ao Ecocentro, de acordo com um agendamento prévio e a colocação dos mesmos na via pública.

// GESTÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA PAYT NO CENTRO HISTÓRICO DE GUIMARÃES

Am
Guimarães
Parque do Sudoeste

A recolha e gestão dos resíduos no Centro Histórico é diferente do resto da cidade. Desde janeiro de 2016 que a implementação da tarifa PAYT (*Pay-as-you-throw*) nesta zona é um projeto pioneiro em Portugal e assenta no conceito de poluidor-pagador. Isto é, de acordo com esta tarifa, o utilizador paga apenas o lixo que produzir através da aquisição de sacos autorizados para a deposição de resíduos indiferenciados. Existe uma relação direta entre a produção e o pagamento de resíduos, logo, quanto mais separar, menos espaço ocupará nesse saco e mais vai poupar. O propósito essencial é incentivar os munícipes a refletirem sobre a quantidade de resíduos que produzem e apoiar a adoção de hábitos mais sustentáveis, como o da separação. São recolhidos diariamente, ao longo de 6 voltas diárias, os resíduos colocados à porta de cada estabelecimento ou habitação.

O principal objetivo do sistema "*Pay-as-you-throw*" no Centro Histórico é responsabilizar o utilizador pela quantidade de resíduos produzidos, para que sejam cumpridas as seguintes metas:

- I. Diminuir a quantidade de resíduos produzidos;
- II. Diminuir a quantidade de resíduos encaminhados para aterro;
- III. Aumentar a quantidade de resíduos da recolha seletiva.

Estas metas vão de encontro às novas Diretivas Europeias e ao objetivo de tornar Guimarães "mais verde". A comunicação e a sensibilização ambiental têm acompanhado o projeto ao longo do tempo com resultados muito positivos.

Numa primeira fase, foram oferecidos mini ecopontos domésticos a todos os utilizadores interessados, como resposta e solução à decisão do Município de retirar todos os contentores de resíduos que se encontravam na via pública. Seguiu-se uma campanha de sensibilização porta a porta, sessões públicas de esclarecimentos, divulgação de resultados, distribuição de panfletos, *newsletters*, comunicação digital, presença nos meios de comunicação social e organização de workshops. Foram também premiados todos os utilizadores cumpridores da tarifa.

No primeiro ano PAYT, os resultados obtidos superaram largamente as metas europeias. No Centro Histórico (tendo por base o ano civil) registou-se um aumento de 101% da quantidade de resíduos recolhidos seletivamente e uma diminuição de 25% da quantidade de resíduos indiferenciados. A taxa de separação passou de 13% para 30% e, desta forma, foram superados com distinção os objetivos propostos no primeiro ano de operacionalização.

No segundo ano, registou-se um novo aumento da separação dos RU. Comparativamente ao ano de 2016, a quantidade de resíduos seletivos teve um

Handwritten signature: F. Gomes

aumento na ordem dos 124%. Por sua vez, a quantidade de resíduos indiferenciados teve uma diminuição de apenas 1% quando comparados com o ano de 2016. O ano de 2017 fechou com uma taxa de separação de 34%.

Em 2018, aumentamos a quantidade de RU recolhidos na zona PAYT. A percentagem de resíduos seletivos recolhidos foi de 30%, sendo que desses, 55% foi vidro, 27% foram referentes a papel/cartão e os restantes 18% foram provenientes das embalagens de plástico/metálico. Ao todo, recolhemos quase mil toneladas de resíduos urbanos (seletivos e indiferenciados) no Centro Histórico em 2018.

No ano de 2019, iniciamos a implementação do sistema PAYT na zona envolvente ao Centro Histórico de Guimarães, fruto da aprovação de uma candidatura no valor total de 641.535,51 Euros apresentada ao POSEUR – Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, tendo sido reprogramada com o valor de 607.695,67€, com um financiamento de 85% (516.541,32€) do valor atrás referido, e que terá a sua data limite de implementação em 30 de junho de 2020. Por consequência disto, a zona de recolha do Centro Histórico de Guimarães aumentou, abrangendo, agora, áreas adjacentes à zona intramuros.

Por esta via, a percentagem de resíduos seletivos recolhidos foi de 29%, sendo que destes, 39% foi vidro, 48% foi papel/cartão e 13% foi proveniente de embalagens de plástico/metálico. Na totalidade, recolhemos mais 2 500 toneladas de resíduos urbanos (indiferenciados e seletivos) no Centro Histórico e zona de alargamento.

// LIMPEZA DE VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS

A **VITRUS** está responsável pela manutenção de vários espaços verdes e de vias públicas em Guimarães. Este serviço consiste no corte de ervas no passeio e em beirados de terrenos públicos e na desmatação e manutenção de áreas verdes. Com o serviço de limpeza de vias públicas pretendemos apoiar as juntas de freguesia na manutenção das suas ruas e caminhos de forma a evitar perigos e constrangimentos, garantindo a satisfação dos cidadãos. Este serviço contempla a limpeza contínua e programada de caminhos públicos, distribuídos pelos seguintes locais: ROTA DA CITÂNIA, ROTA DE SÃO TORCATO, ROTA DA PENHA, CAMINHO REAL E PISTA DE CICLOTURISMO e toda a VILA DE SÃO JOÃO DE PONTE, incluindo o Parque de Lazer.

A limpeza na gestão das faixas de combustível é um serviço recentemente adicionado às responsabilidades da **VITRUS**, para a prevenção de incêndios. A nossa empresa fez a limpeza de 252 ha de faixas de combustível em várias zonas do concelho de Guimarães, limpando e cortando, de forma seletiva, 10 metros para lá da estrada, seguindo as regras estipuladas na lei.

Am
Limpeza
Pública

Para além da manutenção de espaços verdes, a **VITRUS** assegura a limpeza do Centro Histórico. Prestamos diariamente serviços de varredura manual e automática, de lavagem através de equipamentos de alta pressão, sopradores, recolha de lixo dos passeios, de chiclets (Papa-Chiclets) e pontas de cigarros (Eco-Pontas) e manutenção das papeleiras, sempre de acordo com as necessidades.

// CARE

O projeto CARE, no ano de 2019, esteve presente em 70 eventos, distribuídos pelas diversas freguesias do Concelho de Guimarães. Destes, podemos destacar os eventos de maior escala, como a Passagem de Ano no Centro Histórico, onde tivemos três promotores a apresentar o projeto, bem como a Noite Branca, Sunset Praça, Receção ao Caloiro e os festivais L'Agosto, Manta e o Eco Fest Curviã.

O projeto CARE também foi apresentado em Cascais, no II Encontro Nacional de Limpeza Urbana - Abordagens Inovadoras para Cidades Limpas, onde também foram apresentadas as boas práticas de Montpellier, Paris, Bilbao, Oviedo e Escócia e no seminário "Empreender com Futuro" que pretendeu dinamizar a Economia Social na eurrégião Galiza-Norte de Portugal.

Em conclusão, as vertentes de atuação enquadradas neste serviço de interesse geral [Higiene Urbana], representaram cerca de **75%** do volume de faturação da empresa.



SERVIÇO II

ESTACIONAMENTO

SERVIÇO II – ESTACIONAMENTO PÚBLICO

PROMOÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO ESTACIONAMENTO PÚBLICO

A mobilidade urbana é, cada vez mais, um assunto urgente e na ordem do dia. As cidades estão a tornar-se cada vez mais lotadas, não apenas devido ao grande número de pessoas que migram diariamente para os seus trabalhos. Guimarães tem vindo a verificar dois fenómenos que dificultam a mobilidade: 1. o grande aumento de oferta de mercado, quer de lojas, restaurantes, espaços culturais ou de lazer, que trazem cada vez mais público ao centro da cidade, em diversas alturas do dia; 2. o aumento vertiginoso de turismo e do conseqüente crescimento de alojamentos no centro da cidade para dar resposta à procura. Estes fatores conjugados resultam num constante esgotamento de espaço público livre para o estacionamento das viaturas. Outro problema é que o estacionamento acontece muitas vezes de forma abusiva e desordenada.

A necessidade da criação de soluções é, efetivamente, uma urgência, já que implica igualmente com o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos que habitam, trabalham ou visitam Guimarães.

A **VITRUS** é a empresa municipal responsável pela gestão do estacionamento público na cidade e tem como propósito melhorar a mobilidade urbana através de soluções justas, eficientes e adequadas às necessidades dos condutores. Existe este compromisso até, pelo menos, 31 de dezembro de 2024, data em que termina o contrato-programa entre o Município e a **VITRUS**: o de implementar na cidade soluções de estacionamento adequadas e inovadoras.

// PARQUES PÚBLICOS

A **VITRUS** gere cinco parques públicos localizados no centro de Guimarães, o que perfaz um total de mais de 800 lugares de estacionamento. Todos eles partilham das mesmas características, como o horário ou as tarifas. Os nossos parques encontram-se abertos 24 horas, 7 dias por semana.

A procura por este serviço, que permite um estacionamento sem duração limitada, em segurança e coberto, tem vindo a aumentar quer por munícipes, que já vão preferindo esta solução ao estacionamento abusivo, quer por visitantes.

Em 2016 entrou em vigor o novo tarifário que ainda hoje se mantém e teve como objetivos uniformizar os valores para simplificar a informação a transmitir, estimular o aumento da procura deste serviço, ao comprovar a sua utilidade e tornar o serviço mais eficiente através da adoção de sistemas de informação mais intuitivos e uniformes em todos os parques. Devido às condições oferecidas, aos preços praticados e à comodidade do serviço, os cidadãos estão hoje mais dispostos a pagar para estacionar nos nossos parques.

A enorme procura de lugares de estacionamento para assinatura mensal é, talvez, a maior prova de que vários dos objetivos mencionados já foram alcançados no passado. A somar a este contexto, a uniformização dos equipamentos e sistemas de gestão de acesso, que será uma grande mais-valia para a melhoria da eficiência do serviço, continua a ser levada à prática e terminará no decurso do ano de 2019.

M
Luis
Pais

Handwritten signature:
Luis Miguel
Pereira

Através da informação demonstrada nos gráficos abaixo, podemos verificar que o registo global de entradas de utilizadores rotativos nos parques foi de 16.494, ou seja, aumentou 4.050 entradas relativamente ao ano anterior, o que se traduz num aumento de 33%.

Já sobre o número de assinantes do nosso serviço de avenças mensais são analisados até à data de 31 de dezembro de cada ano, verificou-se um ligeiro decréscimo, traduzindo-se numa diminuição de 2%.

Uma nota muito importante relativamente à utilização deste tipo de instalações é a de que os parques geridos pela VITRUS, no seu conjunto, apresentam no final de 2019 um rácio de disponibilidade de cerca de 35% para estacionamento rotativo.

De salientar ainda que a procura dos parques de estacionamento por parte de cidadãos que trabalham na nossa cidade tem sido muito acentuada, ou seja, utilizadores de têm um perfil de utilizador de estacionamento de média e longa duração [estacionamento em parque subterrâneo], que tem provocado uma situação involgar, nomeadamente, a existência de uma lista de espera muito extensa em praticamente todos os parques. Esta situação tem-nos obrigado a uma gestão e atribuição de lugares muito rigorosa.

Este serviço representou cerca de **7%** do volume de faturação da empresa.

EVOLUÇÃO DO N.º DE ENTRADAS

UTILIZADOR ROTATIVO



EVOLUÇÃO DO N.º DE ASSINANTES

[a 31 de dezembro]



*Am
Fajardo
Parque*

// ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA [ZEDL]

Para além dos parques públicos, prestamos também o serviço de fiscalização das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada (ZEDL), ou mais comumente conhecidos por parcometros. Gerimos cerca de 1300 lugares de estacionamento, distribuídos por 35 ruas do centro da cidade.

A importância das ZEDL cresce a cada dia, especialmente devido aos fatores acima mencionados. Ordenar o estacionamento na via pública promove uma circulação mais fluida, causa menos filas e menos problemas relacionados com o trânsito. A **VITRUS** tem ao dispor deste serviço oito agentes, que têm como função exclusiva a fiscalização dos lugares de estacionamento tarifado fazendo cumprir o REGULAMENTO DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA.

Através da experiência, continuamos a otimizar o serviço e a melhorar a nossa intervenção, sempre com o objetivo de tornar os lugares de estacionamento rotativos de acesso justo e democratizado.

Neste momento, este setor de atividade representa cerca de **12%** do volume de faturação da empresa.

A woman wearing a light blue short-sleeved uniform with a logo on the pocket and blue nitrile gloves is cleaning a black laptop keyboard. She is using a bright yellow cloth. The background is a plain, light-colored wall with a white electrical outlet. The scene is brightly lit, suggesting an indoor office or service environment.

SERVIÇO III
LIMPEZA DE EDIFÍCIOS

Handwritten signature:
L. M. S. P. S.

SERVIÇO III – LIMPEZA DE EDIFÍCIOS PÚBLICOS

A VITRUS presta serviços de limpeza nos edifícios públicos integrados no património do Município, que vão desde escritórios, casas de banho públicas, balneários ou até mesmo grandes áreas como o Mercado Municipal, a Central de Camionagem, entre outros. Os nossos serviços consistem na limpeza geral do edifício como a varredura, lavagem de chão manual e mecânica, aspiração, limpeza de vidros, de mobiliário e de casas de banho de edifícios e públicas.

O ano em análise registou um crescimento considerável, quando comparamos com os dados de 2018, que muito se deve ao profissionalismo e à eficiência com que prestamos este serviço.

A limpeza, por ser feita em edifícios com uma grande utilização pública diária, quer por colaboradores, quer por visitantes, é fundamental que seja cumprida com rigor e frequência, já que é um dos cartões de visita do nosso município.

Este serviço é desenvolvido por equipas constituídas de acordo com as necessidades e especificidades dos locais em causa. Os serviços esporádicos são, igualmente, analisados e adaptados à nossa capacidade de resposta quer em recursos humanos, quer em equipamentos.

A introdução de novos serviços ao nosso portfólio, bem como a implementação de novas metodologias e soluções que melhorem a execução dos mesmos são metas a atingir já no futuro próximo, sempre com o intuito de assegurar o melhor desempenho possível aos nossos munícipes.

Este serviço representou cerca de **6%** do volume de faturação da empresa.



SITUAÇÃO ECONÓMICA
E FINANCEIRA

// SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

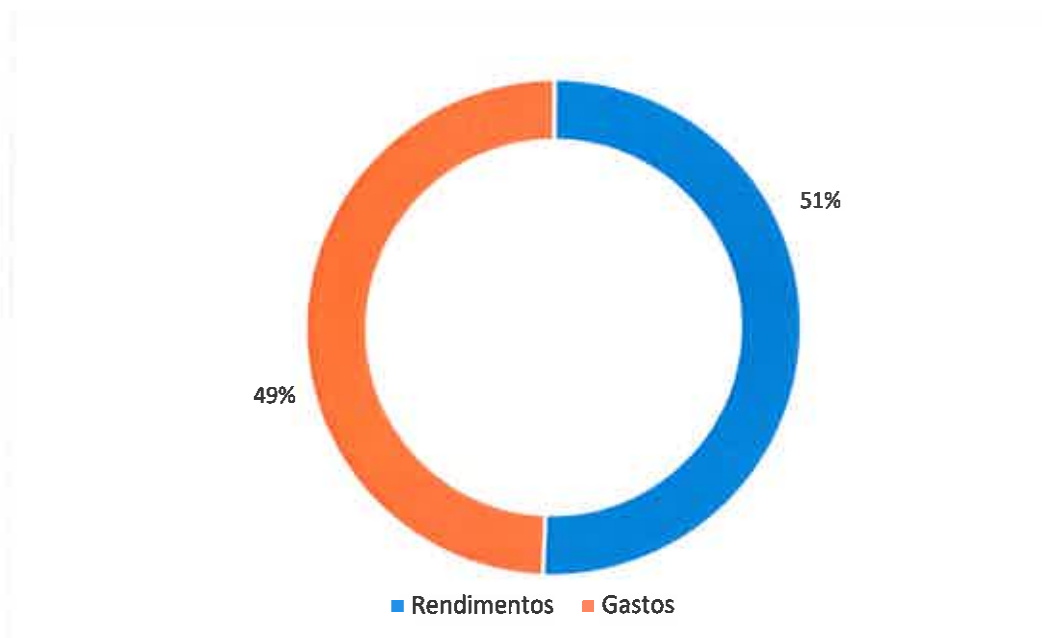
*Am
Limp
Pública*

A VITRUS no exercício do ano de 2019 apresenta um resultado líquido positivo no valor de 78.581,52 Euros [setenta e oito mil, quinhentos e oitenta e um euros e cinquenta e dois cêntimos].

// RENDIMENTOS E GASTOS

A diferença entre os rendimentos e gastos é de 103.215,60 Euros [cento e três mil, duzentos e quinze euros e sessenta cêntimos], o que significa que a atividade corrente da empresa continua a gerar valor para fazer face aos seus compromissos.

A estrutura de rendimentos e gastos repartiu-se da forma como abaixo se representa:

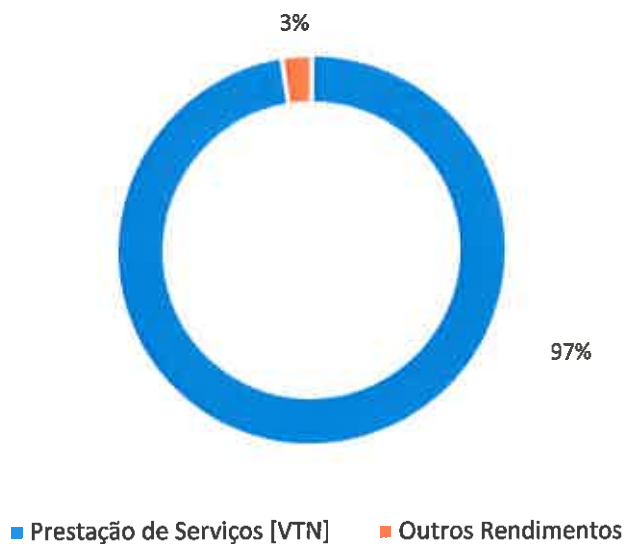


// RENDIMENTOS

O valor de 4.201.090,13 Euros representa, na totalidade, o volume de negócios durante o ano de 2019, fruto da prestação de serviços que é efetuada através áreas de atuação que a empresa detém [Higiene Urbana, Estacionamento Público e Limpeza de Edifícios Públicos].

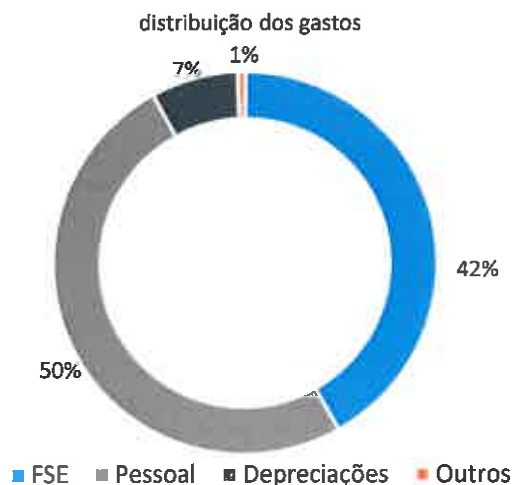
*M
Luis
Pereira*

O subsídio à exploração [programa de estágio profissional aprovado pelo IEFP e POSEUR], juntamente com os outros rendimentos [designadamente a cobrança dos avisos de pagamento prévio], totalizam um montante de 107.891,47 Euros [centro e sete mil, oitocentos e noventa e um euros e quarenta e sete cêntimos] e representam sensivelmente 3% do total dos rendimentos.



// GASTOS

No que diz respeito aos gastos do exercício de 2019, o valor cifrou-se nos 4.205.766,00 Euros e distribuiu-se em: **Pessoal** [2.110.978,49 Euros] com uma representação de cerca de 50%; **Fornecimento e Serviços Externos** [1.758.369,03 Euros] que representaram cerca de 42% dos gastos totais; **Depreciações e Amortizações** [308.991,08 Euros] o equivalente a 7% e como **Outros Gastos e Perdas e Juros e Gastos Similares Suportados** [27.427,40 Euros], com uma representatividade de 1%.



Handwritten signature and initials in blue ink.

// INVESTIMENTOS

Em 2019 o valor do investimento foi de 245.944,22 Euros. Este investimento destinou-se à aquisição de duas viaturas para recolha de resíduos, em conservação e manutenção no estaleiro, na aquisição de soluções informáticas para modernização administrativa e respetivo equipamento informático, etc. Podemos considerar que o investimento no ano de 2019, manteve-se direcionado para melhoramento de instalações, bem-estar e produtividade dos nossos colaboradores.

// ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS

Em 31 de dezembro de 2019 não existiam dívidas em mora à Segurança Social, nem à Direção Geral de Contribuições e Impostos, ao abrigo dos Decretos Leis n.º(s) 411/91 e 534/80 respetivamente.

// SINTESE DE INDICADORES

Demonstra-se, de seguida, alguns indicadores económico-financeiros, que nos permitem verificar a “saúde” que a empresa apresentou no ano em análise.

INDICADORES	2019	2018
EBITDA	422.642,71 €	547.313,39 €
EBIT	113.651,63 €	263.990,48 €
Rendibilidade Operacional (EBITDA/VN)	10,06 %	14,94 %
Valor Acrescentado Bruto (VAB)	2.471.450,05 €	2.282.635,31 €
Prazo Médio de Recebimentos [dias]	48	48
Prazo Médio de Pagamentos [dias]	58	70
Autonomia Financeira (CP/A)	47,50 %	39,52 %
Endividamento (P/A)	52,50 %	60,48 %
Solvabilidade (CP/P)	90,46 %	65,34 %
Liquidez Geral	1	1
Liquidez Reduzida	1	1
Rendibilidade do Capital Próprio	5,71 %	22,06 %
Capital Social	255.343,00 €	255.343,00 €
Capital Próprio	1.376.841,90 €	924.801,08 €
Volume de Negócios Total	4.201.090,13 €	3.662.420,88 €
Investimento	245.944,22 €	377.111,83 €

Am
limit
Pai g...
Pai g...

// FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Entre a data do Balanço e data da autorização para emissão das Demonstrações Financeiras, não foram recebidas quaisquer informações acerca das condições que existiam à data do Balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes Demonstrações Financeiras

// AÇÕES PRÓPRIAS

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2019, a empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o número de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2019.

// AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS ADMINISTRADORES

Para efeitos do artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais, a **VITRUS** declara que, para o período em análise, não existiram negócios entre a Sociedade e os seus Administradores.

// PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS

A **VITRUS** está exposta a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro, entre outros.

A gestão do risco é conduzida pelo Administrador Executivo com base em políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. O Administrador Executivo identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros.

A **VITRUS** recorre ao crédito bancário para financiar a sua atividade, através de locações financeiras e contas correntes caucionadas.



PERSPETIVAS
FUTURAS

// PERSPETIVAS FUTURAS

Handwritten signature and text:
A
Linha
para o futuro

Os objetivos estratégicos da **VITRUS** para o ciclo atual, em todos os níveis em que atua, continuarão a nortear-se pela qualidade do serviço prestado e pela consolidação do investimento. Estes fatores tornam a gestão sustentável de todo o trabalho que levamos à prática.

Em consonância com os objetivos gerais e linhas orientadoras pré-definidas, a gestão da **VITRUS** será sempre pautada e assente nos valores da empresa, sempre com a noção que o futuro será difícil, mas promissor, se implementarmos procedimentos organizativos de gestão que visem aumentar, continuamente, a eficácia e eficiência de toda nossa atuação.

Tentaremos, sempre que possível, dotar e colocar a empresa na “linha da frente” das soluções tecnológicas. Estas ferramentas são, nos dias de hoje, fundamentais para que possamos estar ao nível dos melhores e, ao mesmo tempo, tornarmos a nossa estrutura sempre atual e diferenciadora, em relação a outros.

Com um grande sentido de responsabilidade, que decorre do atual contexto que atravessamos, não baixaremos os braços às dificuldades que porventura se possam apresentar, pelo contrário, tentaremos aproveitar os tempos difíceis para implementar soluções que permitam obter importantes vantagens competitivas e maior eficácia.

Desta forma, continuaremos a orientar a nossa gestão com a finalidade de dar mais escala e sustentabilidade à empresa, apostando na experiência, competência e capacidade dos seus colaboradores, para encararmos o futuro com elevado otimismo e confiança.



PROPOSTA DE APLICAÇÃO
DE RESULTADOS

// PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos da Lei e dos Estatutos da empresa, o Conselho de Administração da VITRUS, submete à apreciação da Assembleia Geral e propõe que seja aprovado o Relatório e Contas do Exercício de 2019, assim como a aplicação do Resultado Líquido do Período de 78.581,52 Euros [setenta e oito mil, quinhentos e oitenta e um euros e cinquenta e dois cêntimos], da seguinte forma:

Reserva Legal [10%]	7.858,15 Euros
----------------------------	----------------

Conforme art.º 295.º do CSC e n.º 2 do art.º 28.º dos Estatutos da empresa

Resultados Transitados	70.723,37 Euros
-------------------------------	-----------------

Guimarães, 16 de março de 2020

O Conselho de Administração



Presidente
Sérgio Alberto Castro da Rocha



Administrador Executivo
Daniel José da Silva Pinto



Administradora Não Executiva
Maria José Teixeira Martins



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS

[montante expresso em Euros]

BALANÇO

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

FLUXOS DE CAIXA

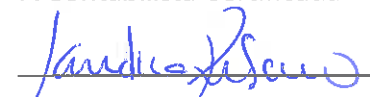
ALTERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO

ANEXO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31-12-2019

BALANÇO

Rubricas	Notas	31-12-2019	31-12-2018
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	1.558.456,98	1.633.870,05
Ativos intangíveis	9	24.437,22	12.071,01
Outros investimentos financeiros	12.2	17.821,80	11.202,90
Subtotal		1.600.716,00	1.657.143,96
Ativo corrente			
Clientes	12.1	556.899,74	483.820,70
Estado e outros entes públicos	15.1	10.633,92	0,00
Outros créditos a receber	12.1	501.726,24	10.817,19
Diferimentos	15.2	17.751,45	17.793,38
Caixa e depósitos bancários	5	211.189,59	170.598,01
Subtotal		1.298.200,94	683.029,28
Total do Ativo		2.898.916,94	2.340.173,24
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital próprio			
Capital subscrito	15.3	255.343,00	255.343,00
Reservas legais	15.3	64.243,85	43.846,63
Outras reservas	15.3	139.200,00	0,00
Resultados transitados	15.3	429.812,32	385.437,30
Outras variações no capital próprio	14	409.661,21	36.201,91
Subtotal		1.298.260,38	720.828,84
Resultado líquido do período		78.581,52	203.972,24
Total do Capital Próprio		1.376.841,90	924.801,08
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	8/12.3	138.957,05	206.313,39
Subtotal		138.957,05	206.313,39
Passivo corrente			
Fornecedores	12.1	280.705,39	266.794,60
Estado e outros entes públicos	15.1	109.748,09	116.727,61
Financiamentos obtidos	8/12.3	417.355,54	416.563,99
Outras dívidas a pagar	12.1	575.308,97	408.972,57
Subtotal		1.383.117,99	1.209.058,77
Total Passivo		1.522.075,04	1.415.372,16
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		2.898.916,94	2.340.173,24

A Contabilista Certificada



Sandra Eduarda Gonçalves Ribeiro
Cédula profissional n.º 57501

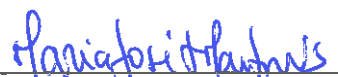
O Conselho de Administração



Presidente
Sérgio Castro Rocha



Administrador Executivo
Daniel José da Silva Pinto



Administradora Não Executiva
Maria José Teixeira Martins

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

Rendimentos e Gastos	Notas	2019	2018
Vendas e serviços prestados	10	4.201.090,13	3.662.420,88
Subsídios à exploração	15.6	28.728,95	3.052,61
Fornecimentos e serviços externos	15.4	-1.758.369,03	-1.382.838,18
Gastos com pessoal	13	-2.110.978,49	-1.782.408,61
Outros rendimentos	15.5	79.162,52	62.605,21
Outros gastos	15.7	-16.991,37	-15.518,25
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		422.642,71	547.313,39
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	7/8/9	-308.991,08	-283.322,91
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		113.651,63	263.990,48
Juros e gastos similares suportados	15.8	-10.436,03	-13.880,72
Resultado antes de impostos		103.215,60	250.109,76
Impostos sobre o rendimento do período	11	-24.634,08	-46.137,52
Resultado líquido do período		78.581,52	203.972,24

A Contabilista Certificada



Sandra Eduarda Gonçalves Ribeiro
Cédula profissional n.º 57501

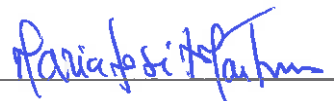
O Conselho de Administração



Presidente
Sérgio Castro Rocha



Administrador Executivo
Daniel José da Silva Pinto



Administradora Não Executiva
Maria José Teixeira Martins

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Rubricas	Notas	31-12-2019	31-12-2018
Fluxos de caixa de atividades operacionais - Método direto			
Recebimentos de clientes		4.264.902,64	3.643.199,98
Pagamentos a fornecedores		-1.866.784,24	-1.457.272,99
Pagamentos ao pessoal		-1.609.998,41	-1.348.176,86
	Caixa geradas pelas operações	788.119,99	837.750,13
Pagamento/recebimento do Imposto sobre o rendimento		-74.724,52	-8.899,57
Outros recebimentos/pagamentos		-361.540,50	-280.271,62
	Fluxos das atividades operacionais (1)	351.854,97	548.578,94
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-227.285,75	-379.849,61
Ativos intangíveis		-3.075,00	-1.348,01
Investimentos financeiros		-6.618,90	-5.480,72
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		0,00	58,52
Subsídios ao investimento		2.613,75	27.119,87
	Fluxos das atividades de investimento (2)	-234.365,90	-359.499,95
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos		0,00	207.269,74
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-66.564,79	-290.108,82
Juros e gastos similares		-10.332,70	-13.880,72
	Fluxos de atividades de financiamento (3)	-76.897,49	-96.719,80
Varição de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		40.591,58	92.359,19
Caixa e seus equivalentes no início do período		170.598,01	78.238,82
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	211.189,59	170.598,01

A Contabilista Certificada



Sandra Eduarda Gonçalves Ribeiro

Cédula profissional n.º 57501

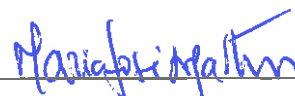
O Conselho de Administração



Presidente
Sérgio Castro Rocha



Administrador Executivo
Daniel José da Silva Pinto




Administradora Não Executiva
Maria José Teixeira Martins

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO NOS PERÍODOS 2018 E 2019

Descrição	Nota	Capital subscrito	Reservas legais	Outras Reservas	Resultados transitados	Outras variações no CP	Resultado líquido do período	Total CP
Posição 1 de Janeiro 2018		255.343,00	42.481,86	0,00	373.154,37	44.303,15	13.647,70	728.930,18
Alterações no período		0,00	1.364,77	0,00	12.282,93	-8.101,24	-13.647,70	-8.101,24
Outras alterações reconhecidas no CP		0,00	1.364,77	0,00	12.282,93	-8.101,24	-13.647,70	-8.101,24
Resultado líquido do período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	203.972,24	203.972,24
Operações c/ detentores de cap. no período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição 31 Dezembro 2018	15.3	255.343,00	43.846,63	0,00	385.437,30	36.201,91	203.972,24	924.801,08
Posição 1 de Janeiro 2019		255.343,00	43.846,63	0,00	385.437,30	36.201,91	203.972,24	924.801,08
Alterações no período		0,00	20.397,22	139.200,00	44.375,02	373.459,30	-203.972,24	234.259,30
Outras alterações reconhecidas no CP	15.3	0,00	20.397,22	139.200,00	44.375,02	373.459,30	-203.972,24	234.259,30
Resultado líquido do período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	78.581,52	78.581,52
Operações c/ detentores de cap. no período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição 31 Dezembro 2019	15.3	255.343,00	64.243,85	139.200,00	429.812,32	409.661,21	78.581,52	1.376.841,90

A Contabilista Certificada



Sandra Eduarda Gonçalves Ribeiro

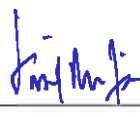
Cédula profissional n.º 57501

O Conselho de Administração



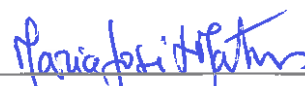
Presidente

Sérgio Castro Rocha



Administrador Executivo

Daniel José da Silva Pinto



Administradora Não Executiva

Maria José Teixeira Martins

Handwritten signature and stamp:
M
S
Krispina
Pereira Paes

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31-12-2019

(Montantes expressos em Euros)

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

1.1 - Designação

Vitrus Ambiente, Empresa Municipal, S.A.

1.2 – Sede

Avenida Cónego Gaspar Estação, n.º 606, Oliveira do Castelo, 4810-266 Guimarães.

1.3 – NIPC

509 584 888

1.4 - Natureza da atividade e enquadramento jurídico-legal

A Vitrus Ambiente, Empresa Municipal, S.A., adiante designada por Vitrus, é uma empresa local de âmbito municipal, sob a forma jurídica de sociedade anónima, ao abrigo do novo regime jurídico do setor empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto. Foi constituída por escritura pública outorgada no dia 8 de setembro de 2010, na Notariado Privativo da Câmara Municipal de Guimarães tendo iniciado sua atividade no dia 1 de Outubro do mesmo ano. A entidade tem por objeto social mediante delegação de competências da Câmara Municipal de Guimarães, as seguintes atividades de interesse geral:

1. Gestão de resíduos urbanos e limpeza pública:
 - Recolha e transporte de resíduos urbanos a destino final;
 - Limpeza de instalações, espaços e vias públicas.

2. Promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano:
 - Parques públicos;
 - Zona de estacionamento de duração limitada (ZEDL).

2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho, com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009, de 11 de setembro, as alterações resultantes da lei n.º 20/2010 de 23 de agosto, do decreto-lei 36 A /2011 de 9 de março e do Decreto-lei n.º 98/2015 de 2 de Junho de acordo com a estrutura concetual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas consignadas, respetivamente, nos Avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 julho, e estão de acordo com a modelização e codificação aprovadas pelas Portarias 220/2015, de 24 julho, e 218/2015, de 23 julho.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade das operações da empresa e no regime do acréscimo, com expressão dos respetivos montantes em euros.

2.2 - Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Todo o conteúdo das contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com os do período anterior

3 – ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF

O conjunto dos normativos que integram o SNC foi sempre utilizado pela Vitrus, na elaboração de demonstrações financeiras completas, na medida que a empresa iniciou a sua atividade em finais de 2010.

M
A
L
P
P
P

Handwritten signature and notes in blue ink.

4 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

4.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Vitrus, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com as NCRF deduzido das depreciações. As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

Para as obras em “edifícios e em outras construções de propriedade alheia” as taxas de depreciação são calculadas com base no correspondente período de utilidade esperada. Os gastos de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da alienação ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e a sua quantia escriturada na data de alienação ou abate, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados por naturezas, nas rubricas “Outros Rendimentos” ou “Outros Gastos”.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	entre 10 e 15 anos
Equipamento administrativo	entre 5 e 10 anos
Equipamento básico	entre 5 e 8 anos
Equipamento de transporte	entre 1 e 10 anos
Outros AFT	8 anos

ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com as NCRF deduzido das amortizações. As amortizações são calculadas, após o

M
D.
d'Amor
Pauz...
Pauz...

momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo intangível	Vida útil estimada
Programas de computador	6 anos
Programa antivírus	3 anos

RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A empresa encontra-se sujeita a impostos sobre os lucros em sede de IRC - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas à taxa de 17% aplicável aos (euro) primeiros 15000 de matéria coletável, sendo de 21% aplicável ao excedente. A Derrama municipal fixada a uma taxa máxima de 1,5% do lucro tributável, e a Derrama estadual de 2,5% do excedente do lucro tributável em € 1.500.000.

M
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é apurado pelo lucro tributável, o qual se baseia no lucro do exercício e em algumas variações em rubricas do capital próprio. O lucro tributável difere ainda do resultado contabilístico uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios (diferenças temporárias). O lucro tributável exclui ainda gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis (diferenças permanentes).

Os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação, sendo mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato e a forma como as consequências fiscais se irão refletir.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis. São ainda reconhecidos créditos fiscais por reporte de prejuízos (equiparados a ativos por imposto diferidos). Porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existam expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos ativos sejam revertidos, e de que a diferença temporária se reverterá num futuro previsível. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto se não houver perspectiva concreta que os mesmos venham a ser liquidados no futuro.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

M
R.
K. M. P.
Pauferfauts

Cientes e outros créditos a receber

As rubricas de "Clientes" e "Outras créditos a receber" são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

Estas rubricas incluem geralmente saldos de fornecedores de bens e serviços que a entidade adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os itens que a compõem serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, as contas de "Fornecedores" e "Outras dívidas a pagar" serão classificadas como passivos não correntes.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos apresentados na rubrica "Fornecedores" e "Outras dívidas a pagar" são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva.

Subsídios

Os subsídios estatais são reconhecidos apenas quando existir segurança de que a empresa cumprirá as condições inerentes à sua atribuição designadamente o investimento efetivo nas aplicações relevantes, e que os subsídios serão recebidos. Os subsídios ao investimento recebidos com o objetivo de compensar a empresa por investimentos efetuados em ativos imobilizados são incluídos na rubrica Outras variações nos capitais próprios, consoante o período esperado do seu reconhecimento, e reconhecidos em resultados durante a vida útil estimada do respetivo ativo subsidiado por dedução ao valor das respetivas amortizações. Os subsídios à exploração, recebidos com o objetivo de compensar a empresa por gastos incorridos, são registados na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que aqueles subsídios visam compensar, bem como o valor acumulado dos períodos anteriores ao reconhecimento inicial do subsídio.

M
S

Simão
Pereira

Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método o custo do ativo é registado no Ativo fixo tangível, a correspondente responsabilidade é registada no passivo na rubrica de Financiamentos obtidos, e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do ativo, são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam. As locações em que uma parte significativa dos riscos e benefícios da propriedade é assumida pelo locador sendo a empresa locatário, são classificadas como locações operacionais. Os pagamentos efetuados nas locações operacionais, líquidos de quaisquer incentivos recebidos do locador, são registados na demonstração dos resultados durante o período da locação.

Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A empresa não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.”

Handwritten mark resembling a stylized 'M' or 'H' with a diagonal slash.

Handwritten note: "Imparidade para balanço"

Imparidade de ativos

A Empresa avalia, à data de balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pela qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica “Imparidade de Investimentos depreciáveis/amortizáveis” ou “Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis”. A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o seu valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação da imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

*Smith
Painful*

Eventos Subsequentes

Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre situações que ocorram após essa data são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materialmente relevantes.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

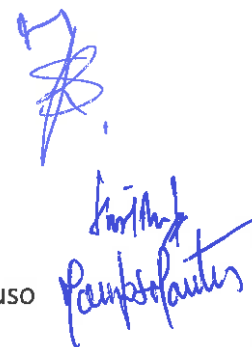
Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo amortizado (usando o método do juro efetivo), deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes sejam diretamente atribuíveis á aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao

momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas.


Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Pamphile'.

Instrumentos de Capital próprio

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não exista uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, evidenciando um interesse residual nos ativos da entidade após a dedução de todos os seus passivos.

As ações próprias são contabilizadas pelo seu custo de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos e perdas inerentes à alienação das ações próprias são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação, não afetando o resultado do período.

Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Administração da Vitrus.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo. De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo.

4.2 - Outras Políticas contabilísticas relevantes

Não foram adotadas outras políticas contabilísticas relevantes.

M
B

Impressão
Papel/Folha

4.3 – Julgos de valor, executando os que envolvem estimativas, que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com as NCRF exigiu que o Órgão de Gestão formulasse julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos rendimentos e gastos.

As estimativas e pressupostos associados foram baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formaram a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem divergir das estimativas.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um outro tratamento tivesse sido escolhido, a Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

4.4 - Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano contabilístico seguinte.

Não foram identificadas pelo Órgão de Gestão da Empresa situações que coloquem em causa a sua continuidade, deste modo as Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações.

Handwritten signature and initials in blue ink.

4.5 - Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte.

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir daquelas estimativas.

5 - FLUXOS DE CAIXA

Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários estão desagregados da seguinte forma a 31 de dezembro de 2019:

Descrição	Conta	31-12-2019	31-12-2018
Caixa	11	68.702,64	62.047,95
Depósitos à ordem	12	142.486,95	108.550,06
Totais meios financeiros líquidos		211.189,59	170.598,01

6 – PARTES RELACIONADAS

I) Relacionamentos com a empresa-mãe

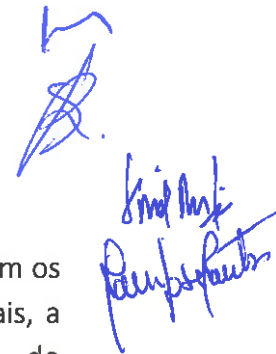
Empresa-mãe: CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES.

a) Remunerações do pessoal chave da gestão

Remuneração do conselho de administração: apenas o administrador executivo auferiu por parte da Vitrus remuneração mensal bruta no valor de 2.483,14 euros, após dedução da taxa remuneratória de 5% por se tratar de um gestor público.

b) Transações e saldos pendentes entre partes relacionadas

i) Natureza do relacionamento – empresa mãe: foi celebrado um contrato de gestão entre o Município de Guimarães e a Vitrus, o qual rege o relacionamento entre as partes no âmbito da prestação dos serviços de interesse geral, cuja atividade



assegura a satisfação das necessidades básicas dos cidadãos onde se incluem os serviços de limpeza de espaços, instalações e edifícios públicos municipais, a recolha de resíduos urbanos e a promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano.

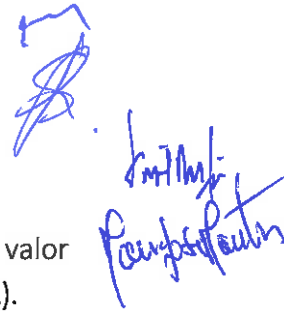
- ii) Transações: a Vitrus prestou serviços de recolha de resíduos urbanos, serviços de limpeza de espaços, instalações e edifícios públicos municipais e promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano, durante o ano de 2019, à Câmara Municipal de Guimarães.
- iii) Saldos pendentes (valores com IVA): a rubrica “clientes” apresenta um saldo devedor no valor de 556.899,74€ dos quais 85.932,36€ correspondem às faturas emitidas ao Município respeitante ao mês de dezembro referente ao serviço de limpeza de espaços, instalações e edifícios públicos municipais e ao serviço de gestão do parque de Camões, assim como uma fatura emitida em novembro referente ao serviço de apoio técnico no desenvolvimento do projeto URBACT. A rubrica “fornecedores” apresenta um saldo credor de 280.705,39€ dos quais 70.725,00€ correspondem à fatura emitida pelo Município respeitante ao quarto trimestre de 2019 referente à concessão do estacionamento público.
- iv) Em 2019 o volume total de transações (valores com IVA) com o Município de Guimarães foi de 910.350,08€ na ótica de nosso cliente e de 282.900,00€ enquanto nosso fornecedor.

II)Relacionamentos com a empresa VIMÁGUA – EIM, SA. – empresa do grupo Município de Guimarães.

a)Transações e saldos pendentes entre partes relacionadas

De modo a aproveitar a base de dados dos municípios de Guimarães, a Vimágua fatura e recebe em nome da Vitrus os contratos com tarifa de recolha de resíduos afetos à Vitrus. Em 2019, a Vimágua faturou em nome da Vitrus 2.590.908,61€ e transferiu-lhe 2.530.279,74€, sendo que o saldo pendente em 31 de dezembro é de 424.752,84€, (valores com IVA).

Em contrapartida a Vimágua faturou esse serviço de faturação à Vitrus no valor de 66.289,89 €, tendo sido integralmente pago pela Vitrus (valores com IVA).



Handwritten signature and stamp in blue ink, likely representing the company Vitrus.

III) Relacionamentos com a empresa RESINORTE - VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO RESÍDUOS SÓLIDOS, SA.

a) Transações e saldos pendentes entre partes relacionadas

Em 2019, a Vitrus celebrou um acordo de parceria com a Resinorte ao abrigo da implementação do sistema Pay-as-You-Throw – PAYT – na zona histórica do Centro Histórico de Guimarães e na zona envolvente ao Centro Histórico. No âmbito desse protocolo são estabelecidas parcerias para a promoção de atividades de sensibilização no domínio do ambiente, com especial ênfase na promoção da redução, separação e reutilização dos resíduos. A Vitrus passou a efetuar a recolha e o transporte de resíduos no âmbito PAYT, de acordo as orientações técnicas dadas pela Resinorte.

Nesse sentido a Vitrus faturou à Resinorte a quantia de 39.145,51€ (valores com IVA), estando pendente à data de 31 de dezembro de 2019.

7 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS:

- Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.
- As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.
- Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

M
[Handwritten signature]
 Paulo Augusto

Descrição	31-12-2018	Adições	Revaloriz.	Abate	Transf.	31-12-2019
Ativos fixos tangíveis						
Edifícios e outras construções	448.347,43	0,00			0,00	448.347,43
Equipamento básico	1.231.648,74	83.489,90				1.315.138,64
Equipamento de transporte	783.995,50	115.128,00		4.000,00		895.123,50
Equipamento administrativo	120.417,35	28.233,82				148.651,17
Outros ativos fixos tangíveis	18.766,32	950,00				19.716,32
AFT em curso	0,00	0,00			0,00	0,00
Ativo fixo tangível bruto	2.603.175,34	227.801,72	0,00	4.000,00	0,00	2.826.977,06
Depreciações	969.305,29	299.214,79				1.268.520,08
Depreciações acumuladas	969.305,29	299.214,79	0,00	0,00	0,00	1.268.520,08
Ativo tangível líquido	1.633.870,05	-71.413,07	0,00	4.000,00	0,00	1.558.456,98

Descrição	31-12-2017	Adições	Revaloriz.	Abate	Transf.	31-12-2018
Ativos fixos tangíveis						
Edifícios e outras construções	377.975,13	70.372,30			0,00	448.347,43
Equipamento básico	1.075.683,31	155.965,43				1.231.648,74
Equipamento de transporte	657.063,19	126.932,31				783.995,50
Equipamento administrativo	99.461,91	20.955,44				120.417,35
Outros ativos fixos tangíveis	17.142,28	1.624,04				18.766,32
AFT em curso	0,00	0,00			0,00	0,00
Ativo fixo tangível bruto	2.227.325,82	375.849,52	0,00	0,00	0,00	2.603.175,34
Depreciações	690.455,68	278.849,61				969.305,29
Depreciações acumuladas	690.455,68	278.849,61	0,00	0,00	0,00	969.305,29
Ativo tangível líquido	1.536.870,14	96.999,91	0,00	0,00	0,00	1.633.870,05

8 – LOCAÇÕES

Locações financeiras

- Quantia escriturada líquida à data do balanço, para cada ativo:

Ativo não corrente	Valor aquisição	Depreciações acumuladas	Valor líquido
Ativo fixo tangível			
50 contentores (moloks)	146.639,37	113.034,51	33.604,86
10 parcómetros	49.000,00	26.541,67	22.458,33
Viatura elétrica Goupil G3	33.640,50	16.119,40	17.521,10
Viatura elétrica Goupil G5	41.820,00	20.038,75	21.781,25
Viatura pesada 19 ton. Volvo (65-RB-29) e contentor nextra 15 m3	192.372,00	80.591,90	111.780,10
Viatura ligeira merc. Mitsubishi (41-SO-86)	42.811,23	13.378,50	29.432,73
Viatura pesada 19 ton. Volvo (69-TJ-24)	194.709,00	43.809,52	150.899,48
Total	700.992,10	313.514,25	387.477,85

A depreciação dos bens em locação financeira incide sobre o valor de aquisição.

Handwritten signature and notes:
 ✓
 Limit
 Payments

- Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente, para cada um dos seguintes períodos:

Descrição	Ano 2020	> 1 ano e = 5 anos	> 5 anos	Total
Banco Comercial Português, S.A. Contrato n.º 400105419	0,00	0,00	0,00	0,00
Banco Comercial Português, S.A. Contrato n.º 400110233	0,00	0,00	0,00	0,00
Caixa Leasing e Factoring - IFIC, SA Contrato n.º 100088352	0,00	0,00	0,00	0,00
Caixa Leasing e Factoring - IFIC, SA Contrato n.º 100088353	0,00	0,00	0,00	0,00
Caixa Leasing e Factoring - IFIC, SA Contrato n.º 100088710	24.725,41	60.485,78	0,00	85.211,19
Banco Comercial Português, S.A. Contrato n.º 400116724	7.710,57	12.625,10	0,00	20.335,67
Banco Comercial Português, S.A. Contrato n.º 400117957	34.919,56	65.846,17	0,00	100.765,73
Total das locações financeiras	67.355,54	138.957,05	0,00	206.312,59

9 - ATIVOS INTANGÍVEIS

- Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações.
- As amortizações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.
- Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

Descrição	31-12-2018	Adições	Revaloriz.	Abate	Transf.	31-12-2019
Ativos intangíveis						
Programas de computador	37.861,49	15.067,50	0,00	0,00	0,00	52.928,99
Al em curso	0,00	3.075,00				3.075,00
Ativo fixo tangível bruto	37.861,49	18.142,50	0,00	0,00	0,00	56.003,99
Amortizações	25.790,48	5.776,29	0,00	0,00	0,00	31.566,77
Amortizações acumuladas	25.790,48	5.776,29	0,00	0,00	0,00	31.566,77
Ativo intangível líquido	12.071,01	12.366,21	0,00	0,00	0,00	24.437,22

Handwritten signature and initials in blue ink.

Descrição	31-12-2017	Adições	Revaloriz.	Abate	Transf.	31-12-2018
Ativos intangíveis						
Programas de computador	36.599,18	1.262,31	0,00	0,00	0,00	37.861,49
Ativo fixo tangível bruto	36.599,18	1.262,31	0,00	0,00	0,00	37.861,49
Amortizações	21.317,18	4.473,30	0,00	0,00	0,00	25.790,48
Amortizações acumuladas	21.317,18	4.473,30	0,00	0,00	0,00	25.790,48
Ativo intangível líquido	15.282,00	-3.210,99	0,00	0,00	0,00	12.071,01

10 - RÉDITO

Quantia de cada categoria de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Rendimentos	2019	2018
Prestações de serviços		
Higiene urbana	3.156.215,86	2.668.457,61
Limpeza edifícios públicos	306.201,76	236.108,55
Recolha de parques de estacionamento	283.483,31	252.196,20
Recolha de parcometros	455.189,20	505.658,52
Total	4.201.090,13	3.662.420,88

11 – IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento reconhecido na demonstração dos resultados do exercício findo pode ser detalhado como segue:

Descrição	2019	2018
Resultado antes imposto	103.215,60	250.109,76
Resultado antes imposto sujeito	103.215,60	250.109,76
Taxa imposto	21,00%	21,00%
Imposto sobre rendimento*	24.634,08	46.137,52
Taxa efetiva de imposto	24,00%	18,00%

*Inclui tributação autónoma

M
 [Handwritten signature]
 [Handwritten signature]

12 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

12.1 - Fornecedores/clientes/outros créditos a receber e dívidas a pagar/ pessoal

Em 31 de dezembro de 2019, a rubrica de fornecedores/clientes/outros créditos a receber e dívidas a pagar e pessoal apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2019			31-12-2018		
	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
Ativo						
Clientes	556.899,74	0,00	556.899,74	483.820,70	0,00	483.820,70
Outros créditos a receber	501.726,24	0,00	501.726,24	10.817,19	0,00	10.817,19
Total do ativo	1.058.625,98	0,00	1.058.625,98	494.637,89	0,00	494.637,89
Passivo						
Fornecedores	280.705,39	0,00	280.705,39	266.794,60	0,00	266.794,60
Outras dívidas a pagar	575.308,97	0,00	575.308,97	408.972,57	0,00	408.972,57
Total passivo	856.014,36	0,00	856.014,36	675.767,17	0,00	675.767,17
Total líquido	202.611,62	0,00	202.611,62	-181.129,28	0,00	-181.129,28

As Outras dívidas a pagar englobam as seguintes rubricas:

- Fornecedores de investimento no valor de 173.110,86€ (em 2018: 154.773,56€);
- Credores por acréscimos no valor de 283.264,23€ (em 2018: 242.467,35€);
- Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) – imposto associado – no valor de 118.933,88€ (em 2018: 10.510,22€).

12.2 – Outros investimentos financeiros

Trata-se das contribuições mensais, iniciadas no ano de 2014, para os fundos de compensação do trabalho (FCT), associados a colaboradores da Vitrus abrangidos.

Em 31 de dezembro de 2019, os FCT apresentavam o valor de 17.821,80€, comparativamente com a quantia de 11.202,90€ em finais de 2018.

Handwritten signature and initials in blue ink.

12.3 – Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2019, a rubrica de «financiamentos obtidos» apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2019			31-12-2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Financiamentos obtidos						
Passivos						
Empréstimos bancários (Conta caucionada)	350.000,00	0,00	350.000,00	350.000,00	0,00	350.000,00
Descobertos bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Locações financeiras	67.355,54	138.957,05	206.312,59	66.563,99	206.313,39	272.877,38
Total	417.355,54	138.957,05	556.312,59	416.563,99	206.313,39	622.877,38

13 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com pessoal	31-12-2019	31-12-2018
Remuneração do membro do órgão social	39.804,62	39.197,77
Encargos s/ remunerações do membro do órgão social	8.900,03	8.925,40
Remunerações do pessoal	1.578.825,95	1.323.143,53
Encargos sobre remunerações	334.390,65	277.413,39
Indemnizações	0,00	0,00
Acréscimos remunerações a liquidar	44.274,69	41.966,27
Seguros de acidentes trabalho	57.293,31	48.519,12
Outros gastos	47.489,24	43.243,13
Total	2.110.978,49	1.782.408,61

A rubrica «outros gastos pessoal» inclui maioritariamente gastos com indumentária. O número médio de empregados durante o período de 2019 foi de 140. A 31 de dezembro de 2019 o número de colaboradores era de 143, por comparação dos 130 em 31 de dezembro de 2018.

M
Paulo Pereira

14- APOIOS

Os subsídios do governo encontram-se inicialmente reconhecidos no Capital Próprio da entidade, na conta 593 – Subsídios. O reconhecimento subsequente dos subsídios como rendimento ocorre na proporção quer das depreciações dos ativos subsidiados na conta 7883 – Imputação de subsídios para investimentos.

Rubricas	Saldo Final A/C 5931 (31-12-2018)	Imputação Subsídio A/C 7883	Reconhecimento do subsídio a reconhecer	Saldo Final A/C 5931 (31-12-2019)
Subsídio atribuído ao investimento	46.712,13	11.321,21	493.204,17	528.595,09
Total	46.712,13	11.321,21	493.204,17	528.595,09

Rubricas	Saldo final (31-12-2018)	Movimento débito	Movimento crédito	Saldo Final (31-12-2019)
Outras variações no capital próprio				
Subsídio ao investimento				
Subsídio atribuído (conta 5931)	46.712,13	-11.321,21	493.204,17	528.595,09
Ajustamentos em subsídio (conta 5932)	-10.510,22	-110.970,94	2.547,28	-118.933,88
Total (conta 59)	36.201,91	-122.292,15	495.751,45	409.661,21

O montante de subsídios provenientes do POSEUR (à exploração e ao investimento) efetivamente recebidos durante o exercício de 2019 ascende a 24.194,46€, sendo que permanece por receber o montante de 5.081,01€, referente ao investimento da primeira candidatura do PAYT e 492.346,86€ referente à segunda candidatura associada ao alargamento do mesmo projeto, o qual se espera vir a receber no decorrer do presente ano de 2020.

A Implementação do alargamento do Sistema *Pay-as-You-Throw* - PAYT será realizada numa área específica de intervenção abrangendo 22 ruas na cidade de Guimarães, que corresponde à zona envolvente do Centro Histórico de Guimarães, classificado como Património Mundial. Este território possui uma densidade populacional elevada, apresentando um valor de 656 hab/km².

O principal objetivo da “Implementação do Sistema *Pay-as-You-Throw* – PAYT na Zona Envolvente ao Centro Histórico de Guimarães” compreende a responsabilização do utilizador pela quantidade de resíduos produzida de modo a diminuir a quantidade de resíduos produzidos; diminuir a quantidade de resíduos encaminhados para aterro e aumentar a quantidade de resíduos encaminhados para recolha seletiva.

*P. M.
Luis Miguel
Pamplona*

A implementação da operação permitirá uma alteração dos comportamentos dos utilizadores, havendo um forte incentivo à redução de resíduos e à separação e recolha de resíduos recicláveis. O Sistema PAYT contribui para uma maior consciencialização dos utilizadores, face à relação da tarifa com a quantidade de resíduos produzida, definindo-se como um sistema mais justo e promotor da hierarquia de resíduos.

15 - OUTRAS INFORMAÇÕES

15.1 – Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2019, a rubrica de «estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2019			31-12-2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Estado e outros entes públicos						
Ativos						
IRC a recuperar	10.633,92	0,00	10.633,92	0,00	0,00	0,00
IVA a recuperar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	10.633,92	0,00	10.633,92	0,00	0,00	0,00
Passivos						
Imposto sobre o rendimento	0,00	0,00	0,00	39.456,52	0,00	39.456,52
Retenção de imposto sobre o rendimento	12.578,65	0,00	12.578,65	9.615,00	0,00	9.615,00
IVA a pagar	24.143,49	0,00	24.143,49	4.086,40	0,00	4.086,40
Contribuições segurança social	72.285,81	0,00	72.285,81	62.832,76	0,00	62.832,76
Outras tributações (fundos compensação)	740,14	0,00	740,14	736,93	0,00	736,93
Total	109.748,09	0,00	109.748,09	116.727,61	0,00	116.727,61

Handwritten signature and notes in blue ink.

15.4 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2019, a rubrica de fornecimentos e serviços externos apresentava a seguinte decomposição:

Fornecimentos e serviços externos	2019	2018
Serviços especializados	812.792,44 €	490.143,77 €
Trabalhos Especializados	385.164,64	194.029,32
Honorários	22.825,01	14.042,92
Conservação e reparação	394.134,23	259.025,39
Outros	10.668,56	23.046,14
Materiais	107.253,47	114.225,40
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	100.574,82	109.371,27
Sacos PAYT	0,00	0,00
Outros	6.678,65	4.854,13
Energia e fluidos	340.770,00	291.660,99
Combustíveis	306.539,99	267.238,19
Outros	34.230,01	24.422,80
Deslocações, estadas e transportes	5.779,32	17.782,36
Deslocações e estadas	5.749,24	17.748,36
Outros	30,08	34,00
Serviços diversos	491.773,80	469.025,66
Rendas e alugueres	328.347,05	323.623,51
Outros	163.426,75	145.402,15
Total	1.758.369,03	1.382.838,18

15.5 - OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica “outros rendimentos” contempla fundamentalmente as taxas pagas pelos municípios aquando incumprimento na utilização do estacionamento público de duração limitada onde existem parcometros, sendo o valor de 33.782,50€. Também abrange o serviço técnico de desenvolvimento do projeto URBACT prestado ao município de Guimarães no valor de 18.325,20€, assim como a imputação de subsídios para o investimento que ascende a quantia de 11.321,21€, entre outras rubricas de valor residual.

B M
Imposto
Manutenção

15.6 – SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Os “subsídios à exploração”, no valor de 28.728,95€, dizem respeito a:

- 5.391,80€ - recebimento pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), no âmbito de Estágio de Emprego (em 2018: 3.052,61€);
- 23.337,15€ - subsídio por parte do Programa Operacional Sustentabilidade Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR).

15.7 – OUTROS GASTOS

A rubrica “outros gastos” incorpora fundamentalmente, impostos indiretos no valor de 5.216,50€ (em 2018 foi de 6.045,11€), tais como imposto de selo e impostos sobre transportes rodoviários, assim como quotizações no valor de 4.388,00€ em associações de índole ambiental (em 2018 foi de 4.666,00€), entre outras rúbricas residuais.

15.8 – JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Os “juros e gastos similares suportados” apresentam um total no valor de 10.436,03€, sendo muito similar ao de 2018 (13.880,03€), discriminado da seguinte forma:

- 7.484,80€ - juros de financiamento obtidos via contas caucionadas;
- 2.750,41€ - juros associados aos contratos de locações financeiras;
- 200,82€ - outros gastos relativos a financiamentos obtidos.

15.9 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos da Lei e dos Estatutos da empresa, o Conselho de Administração da VITRUS AMBIENTE, EM, SA, submete à apreciação da Assembleia Geral e propõe que seja aprovado o Relatório e Contas do Exercício de 2019, assim como a aplicação do Resultado Líquido do Período de 78.581,52 euros (setenta e oito mil, quinhentos e oitenta e um euros e cinquenta e dois cêntimos), da seguinte forma:

- 10% para reserva legal no valor de 7.858,15 euros;
- o remanescente 70.723,37 euros para resultados transitados.

16 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 16 de março de 2020. No entanto os acionistas poderão, em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações financeiras e solicitar alterações.

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca das condições que existiam à data do balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

17 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Os honorários de revisão legal de contas faturados, durante o exercício de 2019, pela sociedade de Revisores G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC Lda., ascenderam a 4.800 euros, aos quais acresce IVA à taxa legal.

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2019, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o número de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2019.

Guimarães, 16 de março de 2020

A Contabilista Certificada

Sandra Eduarda Gonçalves Ribeiro
Cédula Profissional n.º 57510

O Conselho de Administração

Presidente
Sérgio Castro Rocha

Administrador Executivo
Daniel José da Silva Pinto

Administradora Não Executiva
Maria José Teixeira Martins

A close-up photograph of a hand holding a stack of white papers. A silver paperclip is attached to the top of the stack. A red folder tab is visible at the bottom of the stack. The background is a plain, light-colored wall.

ANEXOS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **VITRUS AMBIENTE, EM, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 2 898 917 euros e um total de capital próprio de 1 376 842 euros, incluindo um resultado líquido de 78 582 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **VITRUS AMBIENTE, EM, S.A.** em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

2



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Braga, 16 de março de 2020

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC Lda.
(SROC 153; CMVM 20161463)
Representada por

Anabela

Anabela Barbosa Dias (ROC 1278; CMVM 20160889)

Gaspar Vieira de Castro (ROC 557; CMVM 20160219)



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vimos, na qualidade de Fiscal Único da sociedade **VITRUS AMBIENTE, EM, S.A.** apresentar o nosso parecer sobre o Relatório e demais documentos de prestação de contas elaborado pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

1. Atendendo ao contexto descrito, no exercício das nossas funções:

- a) Acompanhámos a gestão da sociedade através do contacto mantido com o Conselho de Administração e os departamentos Financeiro e de Contabilidade, solicitando os esclarecimentos que, nas circunstâncias, entendemos convenientes;
- b) Averiguámos a observância da lei e do cumprimento do contrato de sociedade;
- c) Procedemos a verificações dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte e avaliamos a eficácia do sistema de controlo interno da sociedade, com a periodicidade e extensão consideradas necessárias e aplicáveis;
- d) Examinámos as demonstrações financeiras e demais documentos de prestação de contas da sociedade, à luz dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adotados.

2. Tendo em consideração as verificações, fiscalizações e diligências executadas, bem como os documentos de prestação de contas da sociedade e a Certificação Legal das Contas por nós emitida, sem reservas nem ênfases, (a qual anexamos para integrar o presente Relatório e Parecer), **concluimos que:**

- a Contabilidade, as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão satisfazem as disposições legais e estatutárias e refletem a atividade da sociedade no exercício em causa, bem como a sua situação económica e financeira.
- os atos da Administração que são do nosso conhecimento não colidem com a lei nem com os estatutos da sociedade;

ar



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

e somos de parecer que a Assembleia Geral deve:

- Aprovar o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2019;
- Aprovar a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração;
- Proceder à apreciação da Administração e da Fiscalização da sociedade, nos termos previstos no artº. 455º. do Código das Sociedades Comerciais.

Braga, 16 de março de 2020

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda.
(SROC 153, CMVM 20161463)

Representada por

Anabela Barbosa Dias (ROC 1278, CMVM 20160889)

Gaspar Vieira de Castro (ROC 557, CMVM 20160219)



VITRUS AMBIENTE EM SA

Avenida Cónego Gaspar Estação nº 606
Oliveira do Castelo 4810-266 Guimarães

NÚMERO VERDE

800 209 565

geral@vitrusambiente.pt

